

# Revolução

## NÃO AOS

## DESPEDIMENTOS



Pescadores/ler pág.4e5

# Revolução



PORTA-VOZ DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO — BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS

## PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

Não é segredo para ninguém que o capitalismo tem armas e bagagens que pesam muito forte hoje, em Portugal. A ofensiva dos 120 milhões de contos (M.D.E.S.), a cobertura financeira do 28 de Setembro, outras que se fizeram e as muitas que se pressente estarem a ser feitas neste momento comprovam que o capital tem grande capacidade organizativa e ofensiva; tem iniciativa; conhece o terreno; tem técnicas; tem sobretudo o desespero organizativo que lhe inspira a necessidade de sobrevivência como entidade parasitária e opressora, fantasma dos humildes e trabalhadores. Elimina, nesta altura cinzenta, os ódios que, num céu claro, levam os seus agentes a devorarem-se naturalmente segundo a lei de sobrevivência do mais forte.

Em face disto, é dramático constatar os penosos esforços organizativos da esquerda revolucionária. Os que, neste momento, se identificam, como vanguarda, com os interesses dos explorados, lutam (os que lutam) para ultrapassar os interesses egoístas, partidários, elitistas, montados na cabeça e no coração dos esquerdistas pela estratégia ideológica da burguesia. Dividir para reinar, e o capital engolirá tudo. Vai a esquerda revolucionária encaixar?

É de perguntar a toda a esquerda revolucionária se acaso se esquece com frequência que o fim da sua luta é a criação de uma sociedade para o homem. Não para criar esta coisa-homem que se passeia por Lisboa, Porto ou Famalicão, mas para criar o homem livre, desalienado, não corrompido pela montagem económica, técnica, cultural e moral do capital.

Esta a decisão-maior, aquela que exige de todo o revolucionário consequente uma opção radical no mais íntimo da sua consciência. A estratégia e a tática subsequentes são extremamente importantes até ao pormenor, mas elas só se

assumem nessa dimensão se vitalizadas pela força ideológica que as sustenta. Sem ela, qualquer organização revolucionária corre o risco de se fechar, de se erradicar do real, e de sobrepor o seu interesse de sobrevivência à necessidade de servir a causa dos oprimidos. A partir daí, qualquer organização, por mais activa que seja, por mais revolucionária que se intitule, passa a ser conservadora, porque se deseja conservar, e, tarde ou cedo, é ultrapassada pela dialéctica das lutas quotidianas, porque essas trazem dentro de si um potencial libertador, e esse ninguém o pode segurar, ninguém o pode "conservar".

É este o drama da cisão entre a esquerda revolucionária e os partidos chamados revisionistas. Drama em parte explicável pelas razões atrás indicadas, entre outras, e no qual pesa como factor decisivo a "necessidade" das "tabelinhas" político-económico-militares das duas super-potências.

Mas que ao menos o drama da cisão se fique por aí.

Creio que a dificuldade de organização de uma frente comum da esquerda revolucionária não está tanto no fervilhar de ódios partidários ou pessoais, mas mais nas difíceis condições em que ela se instalou e viveu no regime anterior ao 25 de Abril. Creio que há uma pureza dominante nos revolucionários portugueses, como nos de todo o mundo. Agora o que me parece imperioso é responsabilizar todo o esquerdista, perante a sua consciência de revolucionário e perante os humildes que defende, pela união que, hoje e aqui, não tentou ou não quis realizar, pelas insuficiências ou divergências táticas que a sua falta de imaginação, humildade ou coragem não conseguiu ultrapassar. Esta é uma exigência de auto-crítica à qual o revolucionário português não consegue moralmente furtar-se, agora e já.

M. 2.

## UM DOS MUITOS CASOS DE DESEMPREGO NO MEIO RURAL

Um caso entre tantos.....Este chegou-nos através dos nossos camaradas do Baixo Alentejo.

O Sr. José Martins Baltazar, tem agora 74 anos de idade. Aos 6 anos tinha-se empregado no Monte da Panasqueira, em Figueira dos Ca-

valeiros (Ferreira do Alentejo) pastando ovelhas. Mas o patrão, José Manuel Mateus vendeu as ovelhas e despediu José Martins Baltazar. Este homem ficou sem qualquer meios de vida. Que pode ser d'ele, como vai viver?

### SOBRE A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Os historiadores burgueses querem que a Revolução Russa se deu por causa de acontecimentos fortuitos. Dizem então que se não fora a teimosia do Czar em querer governar como os seus bisavós governavam, se não fosse a guerra de 1914 e os conselheiros do Czar e da Czarina, que se não fossem os erros de Kerenski em não querer fazer uma paz em separado com a Alemanha, a Revolução Russa não tinha eclodido e o mundo não tinha conhecido o terrível mal que foi o bolchevismo.

Realmente estes fulanos até têm razão. O Czar era um déspota, os conselheiros uns anormais, outros uns incompetentes. A guerra acelerou o processo revolucionário e Kerenski cometeu os erros inerentes à sua mentalidade, burguesa.

O que eles, os historiadores em questão, não sabem ou não querem que os outros saibam, o que é mais natural, é que os erros e caprichos dos Romanov, foram os erros e caprichos da casta feudal e devoradora da mais valia Russa, ou seja do trabalho não pago ao operário e ao camponês, ou seja devoradora do suor dos escravos que em Outubro de 1917 deixaram de ser. Ora o Czar errava porque representava estes interesses, como todos os tiranos do mundo representam os interesses dos capitalistas, ou seja, dos vampiros que sugam o sangue aos condenados da terra do mundo inteiro.

Como já foi dito, a guerra com o seu cortejo de sofrimentos de toda a ordem, agudizou o processo revolucionário, mas em 1905 não havia nenhuma guerra e as ruas de Moscovo foram cenário de lutas sem conto e morticínios selvagens. Vendo bem, a guerra de 14 talvez viesse retardar a revolução, pois no verão de 1914 S. Petesburgo feria nas barricadas e a guerra com a onda desenfreada de patrioteirismos pregado pelos senhores da carne e dos espíritos dos homens e pela mobilização dos operários não fez mais do que mandar para a "frente" aqueles que nas cidades não tinham nada a perder se não a miséria e o opróbrio em que viviam.

As verdadeiras causas da Revolução Russa, assim como de todas as revoluções, são os povos tomarem consciência da ignominia e da exploração capitalista e capacitarem-se que, como dizia a

Passionária, que mais vale morrer de pé do que viver de joelhos.

O mundo não tem parado de evoluir. Da sociedade primitiva ao escravismo, deste ao feudalismo, do feudalismo ao capitalismo e por último ao socialismo. E que cada regime económico e social cria as contradições necessárias para o fazer cair mais cedo ou mais tarde. O entrave que o espartilho do feudalismo punha à livre concorrência do mercado, gerou a Revolução Francesa, assim como as formas arcaicas do governo Russo aprisionavam de tal forma a vida e o progresso, que as forças directamente prejudicadas tinham que fatalmente explodir quer houvesse erro dos Czares ou não, quer houvesse ou não a guerra de 1914. O que faz falar os historiadores burgueses é o despeito de o socialismo ser um facto em grande parte da humanidade. Estes senhores portam-se perante a história como os tiranos e as forças

C. M.

## ACTIVIDADE DO P. R. P. - B. R.

### LEIRIA

REALIZOU-SE NO DIA 8 em Leiria no Pavilhão dos Desportos um comício-debate com participação do PRP e do LCI. Falaram dois oradores por cada organização, após o que se estabeleceu um largo debate em que participou a assistência e em que foram focados os seguintes aspectos: análise política do 25 de Abril ao 28 de Setembro; alternativa fascismo ou socialismo; que socialismo queremos; conselhos operários; sindicatos e organização operária; trabalho sindical dentro ou fora dos sindicatos tradicionais; unidade da Esquerda Revolucionária; construção da vanguarda.

### NEVES (Beja)

Na aldeia de Neves realizou-se na Casa do Povo uma sessão de esclarecimento do PRP, durante a qual foi apresentado o partido e foram debatidos problemas de organização dos trabalhadores.

### VILA NOVA DE GAIA

Decorreu com êxito a mesa redonda sobre ensino realizado nesta

da reacção se portam perante a inevitabilidade da revolução, ou seja, retardam-na o mais possível, com prisões, fusilamentos, bombas napalm, tribunais plenários, caxias, Pide, governo Provisório. O que é preciso que se saiba é que são as massas populares que fazem as revoluções. A Revolução de Fevereiro na Rússia foi um caso típico de intervenção directa do povo na história. As directrizes do partido bolchevique estavam sempre atrasadas em relação aos acontecimentos. Quando aquelas chegavam à rua, estavam ultrapassadas, visto as massas populares já as terem executado por sua iniciativa e mesmo ultrapassando-as. Claro que isto quer dizer que as massas populares não tenham que ter um partido a liderá-las, mas um partido revolucionário que não contemporize com a burguesia e sim que tenha nas camadas mais desfavorecidas os seus aliados incondicionais. Nisso o partido bolchevique liderado por Lenine e Trotski foi um exemplo.

Vila, em que participaram além do PRP-BR, o MES e o P.S.

### BOAVISTA (BEJA)

Nesta aldeia que se situa a 5 Km de Beja o PRP fez uma sessão de esclarecimento no dia 8. Estiveram presentes cerca de 100 pessoas, operários e camponeses. Foi explicada a linha do PRP e foi feita uma análise da situação política. Foi criticada a lei da greve e sobre isto e a organização dos trabalhadores gerou-se debate com participação dos presentes.

Também na Boavista houve de novo tentativa de sabotagem da parte de elementos reformistas. Primeiro fizeram espalhar que se tratava dum partido de direita; como não lograssem os seus intentos provocaram um curto-circuito na electricidade, pondo a aldeia às escuras. Da Central de Beja disseram então que se tratava dum corte provocado por sabotagem. Esta interrupção de luz foi feita mais duas vezes.

É assim que os nossos contraditores argumentam, à falta de melhor argumentação.....

Como sempre, a população apoiou o PRP e participou largamente no debate.

O PRÓXIMO NÚMERO DO JORNAL «REVOLUÇÃO» SAI COM 12 PÁGINAS

# DITADURA DA BURGUESIA DITADURA DO PROLETARIADO

"... Ditadura do Proletariado... Tal como os seus camaradas portugueses, também os comunistas franceses há muito que tinham deixado de usar a referida expressão". — Georges Marchais, Secretário-Geral do Partido Comunista Francês, em conferência de Imprensa a 11 de Novembro de 1974.

"... Com efeito, a doutrina da luta de classes não foi criada por Marx, mas pela burguesia, antes de Marx, e é, em termos gerais aceitável à burguesia. Quem reconhece apenas a luta de classes ainda não é marxista, pode manter-se somente nos limites do pensamento burguês e da política burguesa. Circunscrever o marxismo à doutrina da luta de classes é limitá-lo, abastardá-lo, reduzi-lo a algo que a burguesia pode aceitar. Só é marxista o que torna extensivo o reconhecimento da luta de classes ao reconhecimento da ditadura do proletariado. Nisto é que se estriba a mais profunda diferença entre um marxista e um pequeno-burguês" — Lênine em "O Estado e a Revolução".

## O ESTADO — APARELHO DE ESTADO

Na sociedade primitiva, antes da divisão em classes, não havia Estado. Este nasceu quando a sociedade se começou a dividir em classes, uma dominando as outras no sentido da exploração do trabalho. O Estado serviu ao longo dos séculos, durante o esclavagismo, o feudalismo e a sociedade burguesa para o domínio duma classe sobre as outras. E isto porque nenhuma classe domina, nem outra se deixa dominar sem a existência dum aparelho que pela força, exerça o poder.

A forma como o Estado exerce o poder é sempre de ditadura. O Estado tem o aparelho, com dois aspectos distintos: o aparelho burocrático, administrativo e técnico e o aparelho encarregado de exercer a força física, a repressão — o exército e a polícia. Todo este aparelho serve para o domínio duma classe sobre as outras. Este domínio é a ditadura, visto que nada escapa ao controlo da classe dominante e nada de fundamental se faz contra a sua vontade.

Frequentemente a palavra ditadura é confundida com o conceito de poder centralizado e duro, seja ele civil ou militar. Mas com Marx e com Lênine e com a ciência da história e da política criadas por eles passou a chamar-se ditadura ao domínio duma classe sobre as outras usando para isso o aparelho de Estado. E é uma concepção burguesa a assimilação da palavra ditadura apenas ao poder centralizado, porque admite que um poder de classe não centralizado e "liberal" domine menos sob ponto de vista de relações de produção, sob ponto de vista de exploração.

Na sociedade capitalista o aparelho de Estado exerce uma ditadura sobre o proletariado, pondo a produção do país ao serviço duma classe, a burguesia. Esta ditadura pode exercer-se sob a forma "democrática" ou sob a forma dum poder centralizado e terrorista.

Em Portugal, existiu durante 48

anos uma ditadura da burguesia de carácter fascista. Hoje a burguesia continua a exercer a sua ditadura dentro da medida em que nada se alterou na estrutura económico-social, mas a forma de governo que exerce é de tipo democrático. Isto não é indiferente aos trabalhadores; a forma como se exerce o poder político não pode ser indiferente às massas trabalhadoras. Dizer que o que se passa actualmente é igual ao passado, falar em fascismo na actualidade, é estar cego perante a realidade concreta, é não querer aproveitar as profundas alterações que se deram ao nível do poder político e do aparelho de Estado.

Actualmente não há uma coincidência entre o poder económico e o poder político porque, embora haja representantes da grande burguesia no actual Governo (SEDES, PPD), não se poderá dizer que o P. S. e o P. C. estão lá para representar o grande capital. Estão lá sobretudo para beneficiarem do poder político como partidos, fazendo o frete à burguesia, defendendo de forma incipiente a pequena e média burguesias, calando a defesa dos trabalhadores para não pôr em risco a sua presença no Governo, entrando em contradição consigo próprios. Não se pode simultaneamente estar no Governo e na Oposição.

O aparelho de Estado técnico e administrativo esse então mantém-se quase intacto. Embora algumas cúpulas tenham mudado, o grande corpo de funcionários mantém-se e é ele que exerce o poder junto do público, da população em geral. É o mesmo corpo de funcionários do tempo do fascismo. O mesmo se passa em relação ao exército e à polícia. Aqui há que fazer distinções. As F. A. foram percorridas por um processo que alterou a natureza política de muitos dos seus quadros e que revelou o carácter progressista de muitos outros. Mas a estrutura mantém-se, a hierarquia mantém-se.

Quando às polícias o dado mais importante é que a polícia política foi desmantelada, não existe. O aparelho da polícia política deixou de funcionar, podendo dizer-se que hoje em Portugal não há serviço de informação política, porque a Pide tinha tudo centralizado. Este é um facto excepcional e privilegiado — há que aproveitá-lo.

Mas mantém-se a PSP e a GNR e elas aí estão para defender como dantes os valores estabelecidos. Ai esteve a PSP defendendo a tiro o comício dos jovens "puros" do CDS. Como de resto o exército esteve presente, embora revelando as contradições que aí existem, quando as lutas dos trabalhadores se agudizaram. — TAP, LISNAVE, "Jornal do Comércio".

## DITADURA DO PROLETARIADO

Se houver uma alteração da estrutura económica, com colectivação dos meios de produção, a burguesia não deixa automaticamente de existir. Os homens, as famílias, que constituíam a classe dominante e eram possuidoras dos meios de produção continuam a existir. E lutaram como puderam e souberam pela reconquista desse domínio. Por isso é necessário que o proletariado empregue um aparelho de Estado para o pôr ao seu serviço, dominando a burguesia. Esta é a ditadura do proletariado. Neste aspecto os marxistas diferem dos anarquistas os quais não reconhecem a necessidade do Estado e do aparelho de Estado. Para os marxistas há necessidade de Estado, de aparelho de Estado, de ditadura do proletariado; se não tiverem, se não a exercerem, a burguesia volta a dominar e a explorar.

A ditadura do proletariado tem de existir enquanto houver restos da sociedade de classes, enquanto houver sinais da burguesia. Quando se chegar à sociedade sem classes e já não houver sinais da burguesia, deixa de ser necessário a ditadura do proletariado. Depois de se atingir a sociedade comunista poderá então dispensar-se o Estado.

## QUEM EXERCE A DITADURA DO PROLETARIADO

A ditadura do proletariado deve ser exercida através de órgãos representativos da classe proletária. Esses órgãos não podem de modo algum depender dum partido seja ele qual for. Um partido nunca é eleito directamente pela classe, não é portanto seu representante. Um partido não pode portanto exercer o poder em nome da

classe. A ditadura do proletariado não é a ditadura dum partido, como desejariam alguns partidos. O exercício do poder pelo partido é por vezes o único objectivo, mesmo quando já está posta de lado a ditadura do proletariado. Porque o exercício do poder permite o mando, o autoritarismo, possi-

esta classe tem de ser exercida por órgãos eleitos, logo por comissões ou conselhos de trabalhadores eleitos nos seus locais de trabalho e nos seus locais de habitação. Isto aconteceu com os soviets da Rússia. E na Revolução de Outubro de 1917 foram eles a tomar o poder.



bilidade de pôr e dispor da vida dos outros, possibilidade de usufruir de favores. O que se observa actualmente é que partidos que se põem ao assalto do poder, nada alteram na estrutura económica, mas tudo fazem para exercer a parte do poder que lhes cabe, "saneando" os rivais, sabotando o que lhes agrada, "criando dificuldades" nas repartições e outros locais públicos, assaltando os meios de comunicação.

Esta degenerescência, esta burocracia, este assalto do poder por um grupo que se auto-intitula representante do proletariado não é a ditadura desta classe. A ditadura

Hoje, aqui em Portugal, é possível que o poder seja exercido por delegados das comissões de trabalhadores e estas por sua vez eleitas nas assembleias com milhares de trabalhadores tal como elas são actualmente. Nada mais representativo dos trabalhadores e ninguém mais capaz de levar a cabo uma política de defesa dos seus interesses. Por outro lado, sendo a assembleia o órgão soberano a todo o momento ela pode pedir contas, revogar, demitir. E que se saiba nenhuma assembleia de trabalhadores pediu contas nunca a nenhum partido, nem nunca a demitiu.

## DOSSIER BRIGADAS REVOLUCIONARIAS



à venda

# OS PESCADORES

O sector das pescas era um dos que já estavam em crise muito antes do 25 de Abril. São bem conhecidas de toda a gente as posições de privilégio e domínio por parte do Tenreiro e das algumas famílias da alta burguesia do nosso país, verdadeiros parasitas porque viviam à custa do trabalho dos pescadores.

Os pescadores eram tratados como escravos e não como homens. Sem horários de trabalho, ganhando um salário de fome, sem organização sindical, obrigados a fazer descontos e mais descontos, enfim, ofereciam condições óptimas de exploração. No entanto, mesmo durante o fascismo, sempre os pescadores lutaram contra a dominação capitalista.

Depois do 25 de Abril novas possibilidades de luta se abrem a todos os trabalhadores. Dai um grande número de pescadores terem pensado lançar as bases de uma grande organização sindical que defendesse os verdadeiros interesses dos pescadores, que os representasse efectivamente, que lhes permitisse levar a cabo uma luta eficaz contra os patrões e armadores.

Assim que, depois de várias reuniões e discussões, aparece uma circular, dirigida a todos os pescadores, que vem definir linhas de orientação sindical:

a) Um sindicato único e livre para uma forte unidade sindical de todos os pescadores do país.

b) Um sindicato único, dado que cada vez mais a pesca faz deslocar pescadores de uma região para outra (...) não só pela introdução de novas técnicas de pesca, como também a escassez de peixe nos pesqueiros habituais com o uso de determinadas artes; os pescadores sentem a necessidade de mudar de actividade dentro da própria pesca; se houver um serviço de colocação de pescadores a nível nacional, colocado no sindicato, é fácil ver e atender as diversas pretensões da classe, ao mesmo tempo que se informa e se educa o pescador (...)

c) Um sindicato livre, como órgão de luta dos pescadores já demonstrado nas greves do arrasto costeiro, do alto e da sardinha, bem como em alguns portos com a pesca artesanal; (...) reagrupa os pescadores conscientes da necessidade de defender os interesses da classe. (...) A democracia significa livre direito de expressão para todos os pescadores e respeito pelas decisões tomadas pela maioria. O reforço do sindicato passa por esta democracia sindical de base, o que significa a possibilidade de discutir a orientação a seguir pela direcção do sindicato, de modo a que todos os sindicalizados ou os associados, o melhor informados possível, possam escolher entre as diversas propostas — em plena consciência e com a maior classificação possi-

vel, sem interferência partidária — apenas pescadores e só eles a decidirem o que melhor lhes convém, dentro de uma democracia de base."

Com esta orientação é criado o Sindicato Livre dos Pescadores, com o qual se identifica a quase totalidade da classe. Não a totalidade da classe porque em Peniche foi criada uma comissão pró-sindicato, numa clara tentativa de divisão dos pescadores. E quem a cauciona são precisamente aqueles que, para onde quer que vão a primeira coisa de que falam é de "unidade". Mas há unidades e unidades. Há a unidade dos trabalhadores, dos explorados, e a "unidade" que esses senhores propõem, que não é mais do que uma tentativa de conciliar classes que defendem interesses antagónicos e de boicotar e controlar a luta dos trabalhadores.

Mas os pescadores sabem isso perfeitamente e é por isso que a representatividade dessa comissão pró-sindicato deixa muito a desejar. Os próprios pescadores de Peniche, vão ao Sindicato Livre dos Pescadores pôr os seus problemas e não a essa outra organização sindical, que não é controlada pela classe, mas sim por organizações exteriores a ela (PC e Intersindical).

Direcção do Sindicato é constituída por directores eleitos em assembleia de secções e delegações a nível nacional pelos sectores das pescas mais representativos em quantidade de pescadores e qualidade técnica da arte ou sector de pesca.

Qualquer destas delegações tem capacidade para resolver os seus próprios problemas e só em casos excepcionais recorrem à sede central.

"As reivindicações e greves que têm sido feitas até aqui, são feitas pela base. São os próprios pescadores que decretam a greve nas assembleias de bordo sem interferências exteriores".

Aproveitando a presença em Lisboa de pescadores de vários sectores da pesca, conversámos com eles sobre as suas lutas, as últimas greves.

## CABO BRANCO — A GREVE DO ARRASTO DO ALTO

— As greves que houve até aqui foram as greves dos arrasto da costa, dos arrastões do alto e a do bacalhau. Mas de todas aquelas deu mais luta para os pescadores, foi a do arrasto do alto

Foi elaborado um contrato pelos próprios pescadores, nessa altura já

não foi considerado greve porque os armadores tiveram que pagar o tempo que os navios estiveram parados.

— Conseguiu-se o aumento de salários que era pretendido?

— Total não. No entanto houve um aumento na percentagem do pescado assim como no ordenado mensal.

Ao fim de trinta e três dias, ficaram as restantes cláusulas para discutir, no que diz respeito às regalias sociais. Deu-se um prazo de trinta dias para os armadores darem uma resposta — prazo que eles não respeitaram, pois só responderam 7 dias depois.

Durante esse prazo de tempo os pescadores enviaram de vários navios ultimatos em que diziam que se não fosse cumprido o contrato, o pessoal estava disposto a entrar em greve.

Uma das cláusulas que foi aprovada, foi a de que todo o pessoal tinha direito a roupa de cama, artigos de mesa, coisas que até aí só os capitães e os maquinistas é que tinham direito. Maquinistas é que tinham direito. Já de si o ordenado era mínimo. Era muito inferior àquele que ganhavam esses indivíduos e ainda por cima queriam que fossem os

decofrido 24 dias e eles não tiveram tempo para arranjar roupas... Mas já tinham tempo para sair em viagem indemnizando cada tripulante com 200\$00. O pessoal recusou o dinheiro pois considerava que era uma tentativa de parte deles, para os fazer esquecer essas cláusulas do contrato.

Houve um navio que estava pronto a sair e esteve em terra 12 dias até resolver esse problema.

O que é que os armadores pretendiam com isso? Bom, quanto a mim pretendiam fomentar a desunião entre os pescadores mas não o conseguiram.

Os homens quando pararam os navios, estiveram sempre a bordo. Não iam para o mar sem o contrato estar acordado. Essa a causa de isto não ter sido considerado greve. Muitos navios aproveitaram para fazer reparações e os pescadores até ficavam de vigia no próprio navio fazendo serviço.

Agora os armadores só põem uma dificuldade. Dizem que estão à beira da falência e que é difícil arranjar dinheiro para pagar ao pessoal, os encargos são cada vez maiores e o próprio governo não os tem financiando em nada. Se querem meter gásleo têm que dar o dinheiro adiantado. Mas por aquilo que recebiam e por aquilo que pagavam ao pescador, deviam ter dinheiro até para...sei lá...

— Para jogar à roleta no casino!  
— Para pagar isso e muitas coisas mais.

— Não há possibilidades de fazer uma fiscalização às empresas?

— Eu acho que sim. Os próprios armadores estão dispostos a fornecer todos os elementos. O problema é que eles têm duas escritas...

— O pescador foi sempre o mais explorado. Só agora é que vem que o pescador é que estava a financiar as empresas, os escritórios, todos... Como o pescador foi buscar uma migalha daquilo que merecia ganhar, eles viram que o pescador abriu os olhos e por isso passaram a olhá-lo de maneira diferente. Antigamente viam-no como um escravo, como um explorado que era.

— Quais são, neste momento os ordenados dos pescadores?

— Anteriormente, o ordenado mensal do pescador era de 1.100\$00 mensais, em Cabo Branco. Com a percentagem do pescado, daria à volta de 4.500\$00 por viagem. Uma viagem tem trinta a trinta cinco dias, mais o tempo em que se está em terra.

A percentagem era de 0,65% sobre a venda mínima de 620 contos. Actualmente o pescador ganha 3.730\$00 mensais, mais 0,675% sobre o pescado. Mas a percentagem mínima, que era anteriormente de 620 contos, agora passou a ser de 320 contos diários desde a saída do navio até à sua chegada. Ora isso



UM SINDICATO ORGIZADO A PARTIR DA BASE

O Sindicato Livre dos Pescadores é um sindicato organizado a partir das bases. Cada Assembleia de Barco elege um Delegado de Barco. Uma assembleia de delegados de barco elege um Núcleo de cada arte de pesca, constituído por encarregados e marinheiros ou só marinheiros. Um conjunto de núcleos constitui uma Secção Sindical, que com outras secções sindicais forma uma delegação. As delegações são em número de três (Norte, Sul e Centro) e têm por função fazer a ligação com o sindicato sede. A

com os seus delegados de barco, que foi apresentado aos armadores. Estes a princípio não estavam dispostos a cumprir o contrato e os pescadores, perante isto, resolveram parar e pararam mesmo. Estiveram 15 dias parados durante os quais decorreram as negociações

Passado esse tempo, só foi possível chegar-se a acordo sobre as tabelas salariais. Mas depois disso, os pescadores resolveram ir para o mar.

— Quer dizer que a vitória não foi total...

— Na altura não foi. E claro que ficaram os representantes sindicais para negociar o restante contrato. Mas é preciso explicar que isto

pescadores a levar a roupa e todos os outros artigos.

Essa cláusula ficou de ser satisfeita até 31 de Outubro, tendo em consideração a chegada dos navios ao porto de armamento.

Mas chegou-se a esse dia e não havia um único navio que tivesse as roupas de cama. E os pescadores, a partir dessa data não estiveram dispostos a sair ao mar sem verem satisfeitas na prática essas suas reivindicações e assim o decidiram.

Em consequência, os armadores começaram a dizer que não tinham fábricas que lhes fornecessem as roupas a tempo do navio sair para o mar.

Desde que o contrato foi assinado, até 31 de Outubro, tinham

# ORGANIZAM-SE

dá, que um navio que faça uma viagem de 30 dias, tem 900 contos garantidos.

Anteriormente, tanto nos arrastões da costa como nos do alto, era descontado aos pescadores 15% para a Docapesca. Esses 15% eram impostos do armador que nós estávamos a pagar. O que era uma ladroagem perfeita.

Esses 15% foram abolidos.

## O CASO DO "ALMANCEIL"

Numa das cláusulas aprovadas no contrato, diz-se que todos os navios têm que ter um oficial náutico. Não havendo um oficial náutico — que neste caso seria o imediato — terá que ser, com o parecer do sindicato, um pescador a substituí-lo, para solucionar a sobrecarga de trabalho que têm os outros pescadores.

Aconteceu num navio da Companhia Portuguesa de Pesca, o "Almanceil" que não tendo imediato, mandou para lá um pescador. A empresa não quis pagar a toda a tripulação o quantitativo correspondente ao posto de imediato. Só queria pagar o salário de pescador e o restante arrecadava-o. Sendo assim o navio não ia para o mar.

Ora, os próprios pescadores tomaram medidas, e pretenderam ir para o mar mesmo que a empresa não autorizasse. Desde o capitão ao moço, todos os tripulantes estavam de acordo em ir para o mar e gerir o navio.

Isso não chegou a acontecer porque arranjaram um imediato para o navio.

Quando os armadores viram que os pescadores iam tomar conta do navio arranjaram logo um imediato.

## A PESCA DO ARRASTO EM MATOSINHOS

— Há quatro anos que nos batemos para que os 15% sobre o pescado sejam abolidos. No 1.º de Maio entramos em greve. Fomos pela lota dentro com um estandarte e dissêmos: "Queremos só descontar 6%. 9% são nossos." Como nos disseram que isso não se podia resolver, nós dissêmos: "Não se vai para o mar!". Nessa altura disseram-nos para irmos lá pelas 6 da tarde. A essa hora tínhamos conseguido a vitória.

Em quatro anos que nos batíamos por essa causa e o Tenrei ri dizia sempre que não tínhamos direito; agora, em sete ou oito horas tínhamos conseguido tudo.

Depois disso começamos a fazer reuniões e acabamos por tomar as casas dos pescadores.

Começós então a discutir o Contrato de Trabalho que apresentámos ao Machado — que estava no hospital com seis pontos na cabeça, porque tinha levado

uma tarefa.

Por duas vezes recusaram o Caderno Reivindicativo. A seguir decidimos parar os barcos.

Começámos as negociações, o que durou até 6 de Setembro. Mas ainda não está tudo resolvido.

Nós queremos 4.000\$00 e 1,3%. Eles ceder 3.500\$00 e 1,2%. Mas vamos pedir esse dinheiro: mais 500\$00 e mais 0,1%. Se isso não vier, os barcos não saiem.

## A GREVE NO BACALHAU

No bacalhau já foi elaborado um contrato de trabalho.

Mas houve um caso em Aveiro: as cédulas do "S. Jorge" do "Aguas Santas" e do "Novos Mares" for presas.

— Mas estavam presas porquê?

— Não davam as cédulas para os pescadores trabalharem, por causa de umas greves que houve.

— Os pescadores do bacalhau, depois do 25 de Abril, também pretendiam uma vida melhor.

Como não estavam cá, mas sim na Terra Nova, na pesca do bacalhau, juntando-se todos em terra por causa de um ciclone, reivindicaram aquilo que achavam justo. Mandaram essas reivindicações para os armadores e não receberam resposta. Perante isto, resolveram parar o trabalho. Tiveram que vir para Portugal.

Depois de chegarem ao porto, os senhores capitães levantaram um auto e foi por isso que as cédulas ficaram retidas nas capitães. Ora isto não era justo pois os homens tinham necessidade das suas cédulas para trabalhar noutro barco qualquer. Assim resolver pôr o problema, para tentar resolvê-lo por vias ministeriais. Quinze dias depois o problema estava resolvido.

O patrão do "S. Jorge", que é um grande reaccionário foi ao Ministério do Trabalho pedir se lhe abonavam 2.500 contos pois — dizia — não tinha dinheiro. Por telefonemas que fizeram para os bancos de Aveiro, verificou-se que estava na falência. Viemos a saber que o navio que trazia 1.500 quintais de bacalhau, foi incendiado e afundou-se. Agora já tem dinheiro.

## A PESCA ARTESANAL NA COSTA DA CAPARICA

— Na Costa da Caparica, a praia é muito brava e com os barcos pequenos e frágeis que temos, só podemos pescar na altura em que o mar nos favorece e há bom tempo. Em qualquer pesca de emalhar, seja da sardinha, seja do linguado, na Costa tem havido há já uma série de anos, muitas reclamações para a delegação marítima da Trafaria, contra os arrastões da costa, e contra os arrastões pequenos, tipo gasolina, que eram os antigos enviados das traineiras.

Os arrastões estavam limitados a pescar de 6 milhas para o mar e os pequenos foram sempre proibidos. Mas eram autorizados pela direcção marítima de Cascais, e por quase todas as delegações marítimas de Norte a Sul do nosso país. Como n os termos os barcos pequenos e só podemos apanhar os peixes qu há perto da terra, esses arrastões têm-nos feito o favor há mais de quinze anos, de partir as redes pescadores da Costa da Caparica. E tanto faz na Costa, como dentro do rio Tejo como dentro da própria barra de Lisboa. Apesar dos protestos os arrastões continuam a ser autorizados e pelas mesmas autoridades que havia antes do 25 de Abril.

Ainda no dia sete deste mês, um pescador lançou as redes em frente a Caxias e houve um arrastão, o "Prenda de Natal" que lhe levou três a quatro redes.

Porque é que as autoridades marítimas não resolvem estes problemas?



## AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PESCADORES DA COSTA

Na Costa há várias qualidades de pesca e cerca de 300 pescadores que não ganham um ordenado.

A arte da Xávega é uma arte em que se vai à pesca com muitos ou poucos pescadores consoante há muito ou pouco peixe.

Esses pescadores ganham uma parte ou duas partes conforme o que vendem. Por exemplo, uma caixa de carapau que dá mais ou menos dois contos e quinhentos, desse dinheiro, desconta-se 9,5% para a Previdência, 1,5% para a Mútua dos pescadores e 4,5% para o vendedor. Paga-se 50\$00 para a carroça trazer o peixe para a lota, mais 120\$00 todos os dias a 4 camaradas para irem meter as redes dentro do barco. Depois de de-

duzidas estas despesas, 1-4 é para o dono, que taém é pescador, e os outros 3-4 são para o resto da companhia: 3 partes para o mestre, 2 partes para o contra-mestre, 2 partes para o homem que vai ao remo e parte e meia para o homem que fica em terra a puxar a rede.

Os barcos, do tipo chata, levam três homens cada vez que vão para a pesca. Ora tiráido, essas despesas e mais a gaso lina, que pagamos a 12\$50 pois os motores são fora de borda e levam gasolina super, desse dinheiro que fica, uma parte é para o motor, parte e meia para os apetrechos de pesca, uma parte para o barco e meia, parte para as redes. E mais 3 partes: uma para o proprietário que vai dentro do barco pois é pescador e uma para cada camarada.

## O CADERNO REIVINDICATIVO

Temos o nosso caderno reivindicativo para mostrar os problemas que havia na Costa da

o pescado em virtude da pesca artesanal ser bastante pobre.

4.º Chamamos a atenção para que haja uma fiscalização rigorosa à pesca dos arrastões. Até aqui todas as reclamações que apresentámos nesse sentido, nem sequer foram ouvidas, pois as respectivas autoridades a quem apresentámos as nossas reclamações se encontravam subordinadas pelas pescas capitalistas.

5.º Que seja criado um preço de industrial para os combustíveis em virtude deste se encontrar a um preço que a nossa pesca, que é pobre, não pode comportar.

6.º Precisamos de uma secção de vendagem com condições de higiene. Com balanças para não haver dúvidas e um recinto vedado onde possamos trabalhar à vontade pois o que existe não tem as mínimas condições de trabalho quer para os pescadores quer para os funcionários.

7.º Que seja passada a cédula marítima a todos os pescadores que exerçam a profissão, quer saibam ler ou não.

8.º Criação de uma comissão de apetrechos de pesca no quadro social agora existente a fim de evitar que sempre que precisamos de algo tenhamos que nos deslocar a Lisboa, Setúbal, etc."

Refere depois o caderno reivindicativo o problema da assistência na velhice e a nomeação de uma comissão para a defesa dos pescadores, junto do Sindicato.

Depois desta conversa com estes pescadores, em que se abordam, de uma forma um pouco caótica uma quantidade de questões, propusemo-nos fazer uma série de entrevistas com pescadores nos seus locais de trabalho e por sectores de pesca no sentido de dar uma maior e mais profunda informação sobre as lutas e formas organizativas dos pescadores.

Essas entrevistas serão publicadas nos próximos números do jornal.

**CONTACTA-NOS  
NA RUA ARCO  
DO CARVALHO,  
N.º 5.º-D.  
LISBOA**



# DESEMPREGO E A CRISE DO CAPITAL MUNDIAL

O capitalismo mundial está em crise. A vaga de greves que presentemente varre a Europa, traduz o descontentamento dos trabalhadores pela contínua subida do custo de vida, pela incessante desactualização dos seus salários, conduzindo à evidência que nada mais há a esperar do capitalismo e da sociedade que criou.

Se a crise mundial do capitalismo era já visível em 1973, pode dizer-se que ela se agravou a partir da chamada "crise do petróleo" e da nova estrutura de custos que as empresas capitalistas passaram a defrontar. O custo da energia subiu, mas os lucros não podiam descer, logo, o preço dos artigos produzidos teria de aumentar e assim se reduzia o valor real dos salários, cada vez mais pequenos para as despesas crescentes.

Simplesmente, o capitalismo é a vítima das suas próprias contradições. Uma delas, é a que resulta da ganância de querer vender sempre mais, não pagando aos operários e trabalhadores os salários que possibilitem a aquisi-

ção dos bens, o que conduz a um excesso de produção.

Perante a crise, o capitalismo procede a despedimentos e não avança com novos investimentos. O crédito bancário retrai-se e, pode dizer-se, todo o sistema abana de alto a baixo, como aconteceu já na histórica crise mundial dos anos 30. Em Portugal, onde a burguesia acaba de introduzir uma importante modificação na sua tática de exploração, substituindo a ditadura feroz por novas formas de dominação, a crise é agravada por factores particulares relacionados com o atraso social, cultural e tecnológico do país, aliados à penúria resultante da longa dominação fascista.

Perante isto, poder-se-á avaliar o sentido de expressões do tipo "consolidação da democracia" e "reconstrução da economia nacional", resultando claro que a única coisa que se pretende "consolidar" e "reconstruir" — quer desso tenham, ou não, consciência, os que pregam tais fórmulas — é a liberdade de explorar e oprimir. Pois que outra

interpretação se pode dar ao cuidado tido por altas personalidades dos nossos meios políticos em tranquilizarem os "nossos aliados" norte-americanos, explicando que os partidos da coligação não são revolucionários e que, portanto, a iniciativa privada do capital está assegurada em Portugal?

Assim, assistimos a um processo que visa desmobilizar os trabalhadores e a classe operária das tarefas imediatas de reivindicações salariais, luta pelo saneamento, etc., ameaçando com os despedimentos, com a argumentação de "não dar pretextos aos capitalistas", etc. etc. Porque sabem, esses, que é na tempera da luta, mesmo económica, que os operários e trabalhadores avançam na clarificação das suas perspectivas políticas e rompem inevitavelmente com o reformismo dos auto-denominados "partidos operários", escapando ao controle do Estado e dos patrões.

Quando, na nossa empresa, a administração se reúne com a CDDT e lhe faz saber da má si-

tuação financeira das empresas, avançando que, em caso crítico, deixaria até de pagar aos trabalhadores, é uma ameaça que se está a fazer e que deve ser denunciada. Quando a administração avança com propostas que pretendem amarrar a Comissão aos interesses patronais, manifestando o desejo de ver elementos da CDDT nos futuros serviços de gestão de pessoal, está-se perante uma tentativa de suborno que a nossa consciência repudia mas que não se estranha, pois integra-se na lógica do sistema. Quando a administração faz saber das "boas intenções" dos ACEC/Wes-thingrise em passarem para mãos portuguesas 20% das acções da Efacec, transferindo embora o produto da venda, a administração está a querer impingir gato por lebre e a fazer o papel do capital colaborante e preocupado com os interesses nacionais, quando a única preocupação do capital é o aumento dos lucros.

Ameaçando com os despedimentos, pretende-se criar um

clima de pânico entre a classe operária e trabalhadora. Mas torna-se necessário assinalar que quem está em pânico é a burguesia. Condenada a desaparecer como classe social, tenta tudo por tudo para subsistir. E uma situação de desemprego generalizado, pelas tensões sociais que acarretaria, seria o seu golpe de misericórdia.

A manutenção do nível de emprego é, pois, do próprio interesse dos capitalistas. Não só pelo que se apontou, como também pela razão evidente que só a exploração do trabalho permite a formação de mais-valia e o apuramento de lucros.

Contra todas as manobras dos patrões e do aparelho de estado burguês, impõe-se a vigilância dos operários e trabalhadores sobre a burguesia. Denunciemos os falsos amigos. Estejamos atentos às leis burguesas que atentem contra os nossos direitos

"Jornal da Greve" (Suspensão dos trabalhadores da Efacec 11-11-74)

## A CRISE DA ECONOMIA NACIONAL NÃO TEM SOLUÇÃO EM SISTEMA CAPITALISTA

Grã parte do dinheiro circulante não corresponde à riqueza por nós conseguidas. É sim o resultado do envio de dinheiro por parte dos emigrantes e das receitas do turismo. Além do mais, o desenvolvimento industrial que começou na década de 60 não foi orientado no sentido da produção de bens de consumo, sendo os produtos básicos importados do estrangeiro.

A existência de dinheiro a que não correspondem bens do consumo, leva necessariamente a uma desvalorização do mesmo e a uma baixa do poder de compra. Por exemplo, se há algum tempo atrás 10\$00 chegaram para comprar 5 Kg. de batatas, actualmente chega só para 2 Kg.

É a esta baixa do poder de compra que se dá o nome de inflação, e que em Portugal atinge proporções alarmantes. Segundo um responsável pelo planeamento económico, o seu ritmo anual é cerca de 40%.

Mas este quadro ainda fica mais negro, quando sabemos que as principais fontes de receita — o turismo e as remessas dos emigrantes — diminuíram substancialmente. Assim, em relação ao turismo foi atingido apenas 1/3 do plano em relação ao ano anterior. E o dinheiro enviado pelos emigrantes desceu para 1/5 do que era.

### DESEMPREGO

Embora até aqui a percentagem de desenprego ainda não atinja os 2%, são já conhecidas algumas

consequências deste mal inerente e inevitável do sistema capitalista.

Só na parte Norte do país, e no sector da indústria textil, calculam-se em cerca de 10 000 o número de desempregados.

Mas estes números têm tendência a aumentar assustadoramente, prevendo-se que até ao fim do ano a percentagem de desemprego atinja 3 a 4%. Ou seja: DUPLIQUE.

E estas previsões não são de estranhar, visto que 76% de todos os locais de trabalho no país têm menos que 5 empregados, e segundo economistas suecos a maior parte das pequenas empresas não etrá no outono, dinheiro para pagar nem os ordenados nem as dívidas.

### MANOBRAS IMPERIALISTAS

Paralelamente a isto, as manobras imperialistas contra Portugal aumentam, especialmente por parte dos capitalistas que têm cá dinheiro investido. Como vêm a situação é pouco clara, e as lutas da classe operária e dos trabalhadores em geral ganharem cada vez proporções maiores, temem que estas conduzam à liquidação da exploração que exerciam e que ainda exercem sobre o povo português.

E nesta altura, a sua face "democrática" desaparece e não hesitam em lançar mão a tudo o que lhes permita manter os seus fabulosos lucros.

Para isso tentam lançar o cães económico (SAO ELES QUE O FAZEM E NÃO OS TRA-

BALHADORES COMO JÁ POR VÁRIAS VEZES O GOVERNO PROVISÓRIO TEM DITO), e criar um estado fascista que lhes permita continuar a roubar o mais possível aos trabalhadores deste "paraíso de mão-de-obra barata".

### LISNAVE

É nesse sentido que Nils Eckerbom, da "democrática" Suécia e vice-director do maior estaleiro de reparações do mundo, a LISNAVE, onde a Eviksberg e a Kockums (empresas escandinavas)

têm cada uma 9,8% das acções, apresenta o seu plano:

"A situação é ainda muito pouco clara, mas através duma paragem de investimentos e fazendo restrição em diversos sectores nós podemos, talvez mesmo este ano atingir a falência".

Esta falência propositada é a capa que utilizam para retirarem os seus capitais e investi-los noutros locais e noutros sectores mais produtivos. E os seus projectos nesse sentido já estão a ser postos em prática, através da recusa de navios

que vem a ser feita desde Julho de 74:

Noruegueses .....	10
Suecos .....	8
Japão .....	3
Libéria .....	8
Inglêses .....	4
U. S. A. ....	2
França .....	2
TOTAL .....	37

Mas a falência da LISNAVE significa o desemprego para milhares de trabalhadores e uma diminuição bastante grande dos rendimentos portugueses no sector de exportação:

### SOCIALIZAÇÃO

A exploração das massas trabalhadoras pela capitalismo e os golpes dos monopólios têm que acabar.

E não é coexistindo pacificamente com eles que isso se consegue.

É necessário que a classe operária e as massas trabalhadoras se organizem sob a direcção da classe operária, e derrubem violentamente a anarquia e a exploração capitalistas, instaurando um tipo de vida novo onde a produção seja gerida e controlada pelos produtores e programada no sentido de atender às necessidades das pessoas e não ao lucro de meia-dúzia de senhores.

PELA ORGANIZAÇÃO AUTÓNOMA E UNITÁRIA DA CLASSE OPERÁRIA!



Como é do conhecimento geral, esta empresa sem pre foi um porto de abrigo dos afilhados dos fascistas que dominaram nos regimes de Salazar e de Caetano.

Dentro deles, recordemos Cazal Ribeiro, Costa Leite (Lumbralles), Duarte do Amaral (pai do actual secretário-geral do C.D.S., Diogo Freitas do Amaral) entre tantos outros.

Não é por isso de estranhar, que para conseguir um emprego na Sacor, fosse condição necessária ter uma ficha «limpa» na P.I.D.E. E essa selecção política parece ser uma das justificações da situação que ainda se vive na Sacor, onde os fascistas pululam e fazem provocações de toda a espécie.

Para atestar estes factos passamos a transcrever algumas partes de um comunicado dum grupo de trabalhadores da empresa onde algumas partes de um comunicado dum grupo de trabalhadores da empresa onde algumas dessas provocações são denunciadas.

#### COMUNICADO

«Coio tradicional de fascistas, seria demasiado longo fazer a história sinistra do que se tem verificado na Sacor.

Por outro lado, dado o labirinto complexo de enormidades nela verificadas nas últimas 3 décadas e na impossibilidade de tudo relatar, quase se fica convidado a não mexer no assunto só pela rama para

não se ficar com uma ideia pálida e desvinculada do conjunto.

Nesta empresa, administrar foi sempre sinónimo de dispôr.

Vão citar-se esparsos, desarticulados, mas talvez ilucidativos. Um dos ex-administradores — Eng. Duarte do Amaral — assinava documentos arquivados na Exma. seguinte teor:

«Donativo secreto, conforme documentos arquivados na Ex.ª Administração — Esc. 5 000 000 00 (cinco milhões de escudos)»

Este deputado de Salazar e Caetano pelo círculo de Braga esteve na empresa durante 25 anos numa engorda insaciável. Além de um vencimento fixo e negócios escuros de aquisição de equipamento para as duas refinarias, recebia de gratificação de balanço prevista nos estatutos, 1100, 1200, 1300, 1400 contos, conforme os lucros da empresa, o mesmo recebendo os seus 9 colegas de administração. Era ainda dono da CIDLA e outras empresas.

A refinaria do Porto, cujo custo estava orçamentado para 1 800 000 contos acabou por ficar à volta de 6 milhões o que veio implicar que o próprio governo fascista não permitisse à Sacor associar-se para a refinaria de Sines, perdendo assim a concessão da refinação. Foi um sorvedouro de dinheiro nunca explicado convenientemente. Diz-se que este administrador recebeu só de Brown Boveri Corporation um bónus (em cheque) de 30 000 contos pelo fornecimento de

# SACOR

equipamento pesado para a refinaria do Norte. Deu a empreitada da terra — planagem a um seu amigo — António Alves Quelhas, que nem sequer material tinha para começar os trabalhos e foi com verbas adiantadas que comprou este material. Anomalias e favoritismos num nunca mais acabar.

Para se armar em bom cristão, entrava com verbas para obras de carácter religioso, sobretudo as adscritas ao arcebispo, do seu amigo pessoal e reaccionário de Braga, D. Francisco Maria da Silva, tendo este acabado por propor ao papa, por relevantes serviços prestados à Igreja, a atribuição da comenda de S. Gregório Magno ao Duarte do Amaral, o que se veio a concretizar pouco depois.

Durante a construção da refinaria, quase semanalmente o Dr. Francisco de Sá Carneiro (Lumbralles), actual secretário-geral do PPD e sobrinho do então presidente do conselho de administração da empresa João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), apresentava pareceres jurídicos que lhe eram solicitados e que funcionavam de facturas do seguinte teor:

«É meu parecer que... 200 000\$00».

Isto é, pareceres contidos em 2 ou 3 parágrafos eram debitados consecutiva e invariavelmente a 150, 200, 150, 250, 200... contos. Devia ter sido um biscate que o tio lhe arranjou, pois a empresa tem uma direcção de contencioso com vários advogados funcionários.

Este Duarte do Amaral é pai do Diogo Freitas do Amaral, o homem do CDS, e não hipótese a excluir que centenas de contos gastos em propaganda daquele partido misterioso em enormes «placards» publicitários, nenhum indirectamente da Sacor, através das massas que o paizinho lhe dá e que roubou... legalmente enquanto esteve na empresa.

Veio o 25 de Abril e os administradores da empresa foram saneados com ...37 contos de reforma. Nessa altura um administrador da empresa reuniu o pessoal, na presença de um delegado da Junta de Salvação e disse mais ou menos isto:

«Meus senhores, estamos agora em vida nova, em regime democrático. O pessoal que se reuna, eleja delegados para dialogar reivindicações com a administração.

Está tudo à vossa disposição: as instalações da empresa, uma

dactilógrafa, o tempo que necessitarem, idas ao estrangeiro pagas pela empresa para se actualizarem com métodos de gestão de pessoal, dinheiro (dou mesmo do meu se for preciso), mas não sejamos vingativos: «NÃO FACAMOS CACA AS BRUXAS».

O que significa a proposta deste senhor?

Significa que vale tudo menos o saneamento. E nesta empresa o saneamento é imprescindível, quer porque ela era um abrigo dos fascistas antes do 25 de Abril, daí a abundância destes na empresa, porque a comissão de delegados foi eleita à pressa e entre 4 mil trabalhadores que não se conheciam na sua grande maioria, houve indivíduos eleitos para essa comissão que não representam de maneira nenhuma os restantes trabalhadores. Senão, vejamos exemplos concretos:

Um dos delegados eleitos era amigo pessoal do Valadão Chagas. Outro, é afilhado do Barradas de Oliveira, em relação ao qual disse há dias «que a política do padrinho foi sempre a do trabalho».

Com esta situação, «os funcionários democratas chegam a recear este estado de coisas, pois os fascistas tripudiam e estão sempre à espera que um 28 de Setembro acabe por vingar». E nesta situação, sem dúvida que a vigilância revolucionária dos trabalhadores em relação às provocações dos fascistas e o saneamento dos mesmos, são tarefas prioritárias.

O Grupo de Trabalhadores

# MONPOR: ENTREVISTA.

Em sequência da publicação no último número do comunicado da MONPOR uma entrevista com um camarada operário.

**REVOLUÇÃO — Quando, como e porquê surgiu a vossa luta?**

**RESPOSTA —** Surgiu há umas semanas atrás quando um grupo de contratados, sentindo a necessidade da organização da classe, e depois de ter pressionado o sindicato, conseguiu que fosse eleito um delegado sindical dos trabalhadores contratados.

Mais tarde foram convocados todos os operários contratados para uma reunião, na qual se elegeu uma comissão de trabalhadores.

A partir daí começaram a correr rumores de que no dia 7/11 seriam despedidos 80 trabalhadores contratados. Imediatamente a Comissão começou a apelar para a unidade dos contratados e destes com os efectivos, para desse modo forçar a entidade patronal aos não despedimentos e ao mesmo tempo obrigá-los a passarem-nos a efectivos. Uma semana antes da data marcada a Administração da empresa por intermédio dos encarregados enviou aos trabalhadores o aviso de que seriam despedidos daí a uma semana. Alguns trabalhadores aproximadamente 10 recusaram-se a assinar, todos os outros foram levados pelas propostas demagógicas que os encarregados

faziam. No dia 6/11 a Comissão dos trabalhadores convocou uma reunião no Sindicato dos Metalúrgicos para se decidir o caminho a tomar. Nessa reunião onde estiveram presentes cerca de 50 operários, decidiu-se convocar uma assembleia de trabalhadores, no dia seguinte pelas 10 horas, no próprio local de trabalho e com todos os operários da MONPOR.

Assim se fez e conseguiu-se juntar na CUF a grande maioria se não a totalidade daqueles que estavam espalhados pelas outras fábricas, um por menor curioso, foi que a administração da C.U.F. não queria deixar que os trabalhadores que estavam na FISIPE entrassem nas instalações. Foi com uma resposta violenta de todos os trabalhadores que a administração permitiu a entrada desses camaradas apesar de mesmo assim terem tentado recorrer à força com a presença de elementos da segurança. Na assembleia de trabalhadores decidiu-se por unanimidade que se fizesse uma manifestação de contratados e efectivos ao ministério do trabalho. Nessa manifestação todos nós iríamos de capacete e de fato de trabalho. Pelas 13 horas saíram ao portão da C.U.F. entre 300 a 400 operários ostentando dois cartazes que diziam: «A CLASSE OPERÁRIO VENCERÁ» e «OS

OPERÁRIOS DA MONPOR DIZEM NÃO AOS DESPEDIMENTOS». Os operários da C.U.F. vieram às portas da fábrica e aplaudiram aqueles que se manifestaram, foi um claro exemplo de solidariedade operária. No Ministério do Trabalho a Comissão de Trabalhadores mais os delegados sindicais foram recebidos por um sub-secretário que contactou a administração da empresa; como esta não estivesse em Lisboa foi acordado que houvesse um encontro no dia seguinte para solucionar o conflito.

**REVOLUÇÃO — Qual foi a posição da Administração e do Ministério do Trabalho?**

**RESPOSTA —** A administração disse não a todas as reivindicações dos contratados das quais estas eram as mais importantes:

- 1.º Não ao despedimento
- 2.º Passagem a efectivos de todos os contratados.

Mas prometeu arranjar trabalho para os 80 contratados. O Ministério do Trabalho por sua vez pela voz do seu representante disse que neste conflito era neutro.

Perguntamos nós, será que num conflito trabalhadores-patronato dizer-se que é neutro, será ou não uma posição de classe?

E ao mesmo tempo defender os interesses daqueles que não o precisam ou seja o patronato!

**REVOLUÇÃO — Concretamente o que aconteceu depois disto?**

**RESPOSTA —** A entidade patronal jogou com a única possibilidade que tinha que era a divisão dos trabalhadores. Durante o dia enviou trabalhadores para outros locais de trabalho e só pelas 16 horas disse à comissão que teriam de ser despedidos 8 operários.

**REVOLUÇÃO — Porquê 8?**

**RESPOSTA —** Poderia parecer estranho que o patronato não tentasse abafar as vozes dos mais activos, e assim foi. Deu-se então o conluio entre os fascistas e os militantes do P.C.P.. Foram os militantes do P.C.P. que denunciaram ao patronato os mais activistas e este limitou-se a despedi-los quando não havia hipótese de reacção da classe.

**REVOLUÇÃO — E foi só essa a posição do P.C.P.?**

**RESPOSTA —** Não. A célula do P.C.P. na MONPOR disse num comunicado que os trabalhadores tinham sido aventureiros e pseudo-revolucionários, o que prova a sua total cobardia dado que foi perguntado mais que uma vez quem se opunha à ida ao ministério.

Dizia também o comunicado que a luta devia ser dirigida pelo sin-

dacato, o que é absolutamente falso pois que foi o próprio sindicato a apoiar a nossa luta.

**REVOLUÇÃO — Que lições tiraste da vossa luta?**

**RESPOSTA —** Senti particularmente os perigos do espontaneísmo. Só a organização total da classe pode fazer face à violência do patronato. Essa organização proporciona a possibilidade dos trabalhadores responderem violentamente à repressão que a burguesia e o capitalismo não hesitam em pôr em prática. O que aconteceu no nosso caso foi que com um mínimo de organização mostrou-se o que poderíamos fazer caso esta fosse total. É necessário que os trabalhadores da MONPOR se organizem no local do trabalho com a respectiva coordenação e desenvolvam esforços para que se evite a situação humilhante de trabalhar contratado. É imperioso não esquecer que estas lutas não podem ser isoladas e têm de ser coordenadas afim de que os capitalistas recuem e que um dia finalmente acontece aquilo que todos nós desejamos, a destruição total dessa camarilha de parasitas.

## ORGANIZAÇÕES REGIONAIS

As encomendas de «O ESTADO», de Lenine (edição quase esgotada), de BRIGADAS REVOLUCIONÁRIAS (dossier) e do poster «QUE BANDEIRA?», de Siné, devem ser feitas pelo Telef 710982

# PEDRO PIRES EM LISBOA

Pedro Pires chegou a Lisboa no dia 12 no sentido de ter conversações para acelerar o processo de descolonização de Cabo-Verde. Interrogado acerca dos incidentes que têm ocorrido naquelas ilhas, disse:

"O que tem acontecido nas ilhas não passa de meros incidentes cujo significado se ajusta às situações criadas pelo anúncio da descolonização. Nada de grande importância. A vida cabo-verdeana continua serena e esperançosa. Apenas a administração local, que sempre colaborou com o regime

colonialista, se agita, percebendo que nós preconizamos o seu saneamento."

Para combatentes que tiveram milhares de mortos, estes incidentes podem não ter grande importância. Mas não foram no entanto tão insignificantes. Nos últimos dias de Setembro houve desentendimentos graves entre a população do Mindelo e da Cidade da Praia e elementos reacçãoários do exército que levaram a que Silvino da Luz, representante do PAIGC em Cabo Verde mandasse o seguinte telegrama a Aristides Pereira:

## TELEGRAMA

Texto: Informamos clima repressão provocado Forças Armadas reacçãoárias colonialistas portuguesas contra nosso povo stop camaradas população São Vicente em geral vivem hoje terceiro dia repressão odiosa Forças Armadas particularmente Forças Marinha apoiadas PM e PSP stop uso armas fogo chicotes de ferro facas granadas tóxicas investindo salvaticamente casas tentativas atemorizar população stop vários feridos stop palavras racistas proferidas contra nossa gente género nós vamos mostrar ainda temos força stop armas temos nós stop chamem os PAIGC etc. stop frente esta situação vamos levantar mais firme protesto junto autoridades locais stop pedidos alertar ONU

outras organizações internacionais frente situação completo contraste espírito negociações Argel stop aproveitamos manifestar nosso apoio firme apoio directivos nosso Partido nossa firme convicção vitória inelutável nosso povo sob direcção PAIGC stop informamos também aumento diário tropa uso colonial material bélico vindo também Lisboa Bissau stop compatriotas cumprindo serviço militar obrigatório SVicente abandonaram todos quartel hoje desarmados manifestando contra actos colonialistas últimos dias stop venceremos

SILVINO DA LUZ  
DELEGAÇÃO DO CSL DO  
PAIGC  
CABO VERDE

Em face desta situação, que se prolonga durante Outubro, os oficiais da Armada prestando serviço em Cabo Verde reuniram-se em plenário no dia 11 de Outubro e apreciando a situação e repudiando a hipótese de referendo, pedem que seja definido um programa de descolonização e que seja atribuída uma missão concreta às Forças

Armadas estacionadas naquelas ilhas.

Também no mesmo sentido e perante os mesmos factos, as Praças da Armada se reuniram no dia 26 de Outubro com soldado e cabos do Exército, aprovando medidas idênticas às aprovadas pelos oficiais e repudiando qualquer processo neo-colonialista.

ANÁLISE E CONCLUSÃO DO M.F.A. EM CABO-VERDE ASSINADA POR: CAP. TEN. BASTOS SALDANHA, 1.º TEN. REBELO MARQUES, 1.º TEN. VIDAL PINHO, SUBTEN. SEITA DUARTE, SUBTEN. SILVESTRE BARREIROS

Até agora verificou-se um silêncio, por parte das entidades responsáveis que autoridades portuguesas, em relação à definição do programa de descolonização de Cabo Verde e Arquipélago. Tais declarações

comprometem o Governo Provisório e podem prejudicar tentativas para encontrar soluções justas para o processo de descolonização neste território, como é, por exemplo, o caso de alusões a um possível referendo em moldes "formalmente" democráticos, relegando para esquecimento total a existência das estruturas coloniais intactas que continuam a controlar e cujo saneamento, a nível geral, não foi executado. Nunca um tirano perdeu um referendo... No processo de descolonização, a única novidade foi a extinção da PIDE/DGS.

Ao mesmo tempo, apregoa-se uma liberdade de acção partidária que mais não é do que um passaporte para todos os oportunistas e falsos democratas desenvolverem as suas actividades divisionistas, de calúnia e de dominação, aproveitando-se da boa fé, ignorância e medo das populações, continuando a dispor para esse efeito da máquina montada pelo anterior regime, nos aspectos económico, social e político, usando de todos os meios e influências para realçar um patriotismo, que não é mais que falso paternalismo com objectivo de manter privilégios que o regime depositou lhes assegurava. E tudo isto a coberto da liberdade democrática que lhes garante o direito de expressão e de organização partidária. Não se pode permitir que tal aconteça sob pena de vermos comprometida, e votada a um completo malogro, a descolonização de Cabo Verde e ser iniciada uma nova era de dominação colonial, da qual seremos os únicos responsáveis. Não o podemos admitir, pois nem o Programa do Movimento das Forças Armadas o permite nem nós o desejamos, por ser contrário aos ideais de justiça social, paz e bem estar a que o Povo de Cabo Verde tem direito.

Assim, não vemos outra solução que não seja o reconhecimento do PAIGC como o legítimo representante da população de Cabo Verde, capaz de pôr em prática as medidas necessárias para uma verdadeira descolonização, pelo aval que nos merecem os seus princípios programáticos e o seu tipo de organização, coerentes com a realidade cabo-verdeana e que lhe dão capacidade de mobilização, daí resultando uma forte implantação popular.

E bom não esquecer que, desde a sua formação como partido, o PAIGC vem lutando por uma verdadeira independência nacional, tanto na República da Guiné (Bissau) como em Cabo Verde. O seu passado de luta, orientado por um programa de índole democrática, anti-colonialista e anti-imperialista credita no presente a pureza destes princípios, que se podem considerar como convergentes com o espírito do

# Revolução

## EDITORIAL

### A SITUAÇÃO ECONÓMICA — O DESEMPREGO

O desemprego está na ordem do dia. Fala-se em 100 000 desempregados na indústria até ao fim do ano, em 500 000 no total da população activa, o que representa 16%. Durante este ano houve um aumento de preços de 25%, o que se sente no dia a dia. Já se ouve aqui e além, em sectores menos politizados, a frase "isto está pior do que dantes", que corresponde a um sentimento que é evidente que pode servir de suporte a manobras de reacção. Mas é difícil explicar o contrário a famílias que têm um ou dois desempregados, os restantes membros salários baixos e dificuldades crescentes para comer todos os dias. Repetimos hoje que "não se come liberdade" e que embora esta seja importante para os trabalhadores se organizarem, esta organização tem que conduzir a alguma coisa. Sente o MFA este estado de coisas e expressa-o no artigo "Do Político ao Económico" publicado a 12 de Novembro no seu boletim. Mas logo a 14 vem rectificar, reafirmando a sua confiança no Governo Provisório. Mas de 12 para 14 as suas perguntas não ficaram respondidas: qual tem sido a acção do Ministério da Economia; que se tem feito no combate à inflação, ao nível das estruturas produtivas; qual tem sido a intervenção do Estado nos sectores básicos da vida económica; que se tem feito ao nível da agricultura; que se tem feito para apoio das cooperativas.

O artigo do MFA mostra a sua vontade (ou a vontade de alguns dos seus elementos mais progressistas) de alterar profundamente as estruturas. Mas a sua rectificação dois dias depois mostra a heterogeneidade do poder político, as suas hesitações, as suas contradições.

Num momento em que o poder político real está nas mãos do MFA (e poder que se apoia em coisas muito concretas) os seus dirigentes terão de ter consciência que o permitir-se hesitações, delongas, o permitir-se que em nome de "eleições" e democracia a situação económica se degrade é um grande perigo que se faz correr, é o perigo dum retorno brutal da reacção.

Mantêm-se fortes e atentas as oito famílias que detêm 53% do capital português. Atentas para não perderem os privilégios da sua classe. Pensar que estes oito colossos entregarão por eleições, ou outras medidas legalistas, o seu domínio, é uma loucura, que nos pode custar cara. Estas oito famílias, higiênicas, perfumadas e sorridentes ("agradáveis"), enquanto lhes convém a democracia, tomarão o aspecto do rato imundo fascista, logo que a situação o indicar.

Só medidas rápidas e profundas poderão servir os trabalhadores portugueses e travar o passo à reacção. A melhor defesa é o ataque. Custe a que estratégias custar, o socialismo é a única possibilidade.

As nacionalizações imediatas e a sério são a única solução para o desemprego.

### TRABALHADORES AJUDAM TRABALHADORES

Os trabalhadores da CAVAN têm levado à prática uma solidariedade concreta, que se inscreve num espírito de classe, que têm que ser defendido e incentivado.

Os trabalhadores desta empresa, que tem escritórios em Lisboa e fábrica em Santa Iria, tiveram uma decisão de solidariedade aquando da greve do Jornal do Comércio, entregando aos trabalhadores deste jornal a quantia de 20.000\$00.

Agora os trabalhadores da CAVAN entregaram a sua ajuda financeira às Comissões de Trabalhadores da Propam e da Avis, empresas em luta. A quantia entregue foi de 18 162\$00.

Este caso não é isolado. A Propam já tinha sido auxiliada por várias Comissões de Trabalhadores. E a Avis foi recentemente ajudada pela ENI e pela Comissão Pró-Sindical dos CTT.

Programa do Movimento das Forças Armadas. Através destes princípios poderá este programa ser levado a cabo neste território. Além disso, eles concedem ao PAIGC a potencialidade de poder reunir à sua volta todos os cabo-verdeanos patriotas desejosos de construir da sua terra, uma pátria próspera e pacífica, libertada de toda a espécie de dominação e onde sejam senhores do seu próprio destino.

S. Vicente, 7 de Novembro de 1974

DIA 16  
ÀS 21 HORAS  
NA VOZ DO OPERÁRIO  
COMÍCIO  
COM A PARTICIPAÇÃO  
DE PEDRO PIRES  
G. A. D. C. G.

## Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

ASSINATURA: Semestral — 60\$00   
Anual — 120\$00

PAGAMENTO: Em cheque   
Em Vale

APARTADO 4117-LIS.-4